fb.me/AssociacaoAIDA
www.linkedin.com/company/10221598

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

AIDA NEWS

124

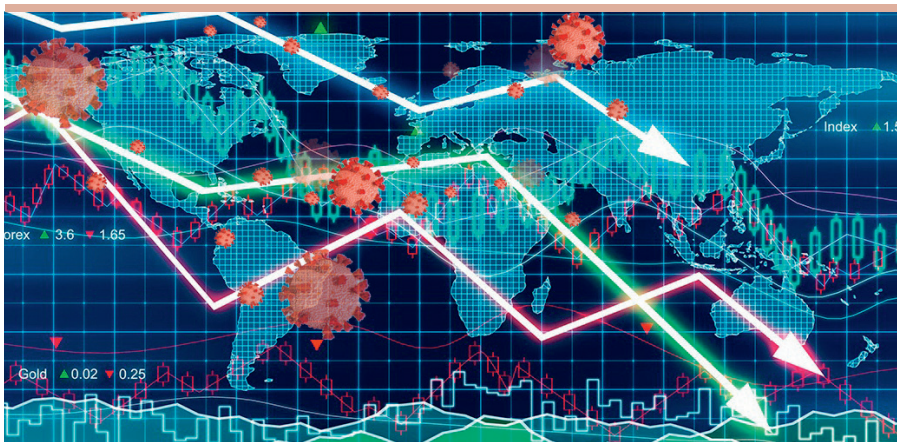
SUPLEMENTO IMPACTO DO COVID-19

2020

JUN. a SET.

AIDA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO

PME QUALIFY
WWW.AIDA.PT



IMPACTO DO COVID-19

A pandemia COVID-19 espalhou-se pelo mundo a uma velocidade alarmante, infectando milhões de pessoas por todos os continentes. Com o objectivo de deter e conter a disseminação do vírus, os governos foram impondo fortes restrições ao movimento dos cidadãos, culminando numa paralisação parcial da actividade económica.

Como resultado, encontramo-nos diante de um novo tipo de crise, verificando-se um choque global numa altura em que o mundo se encontra mais integrado. Por outro lado, verifica-se também uma destruição simultânea da procura e da oferta, acrescendo ainda o facto de os governos se encontrarem mais endividados, reduzindo a sua capacidade para amortecer choques, e das taxas de juros encontrarem-se em níveis baixos históricos, reduzindo as ferramentas ao dispor dos bancos centrais para lidar com a situação.

À medida que a imposição de novas medidas mais severas se foi verificando, como a declaração de Estado de Emergência ou de Estado de Calamidade, a circulação das pessoas, a circulação de mercadorias e matérias-primas, o funcionamento das redes de distribuição, o normal funcionamento das diversas actividades económicas foram sendo restringidas, provocando danos económicos, que agora mais tarde, começam a ser visíveis, evidenciando uma nova crise económica mundial, a maior registada nas últimas décadas.

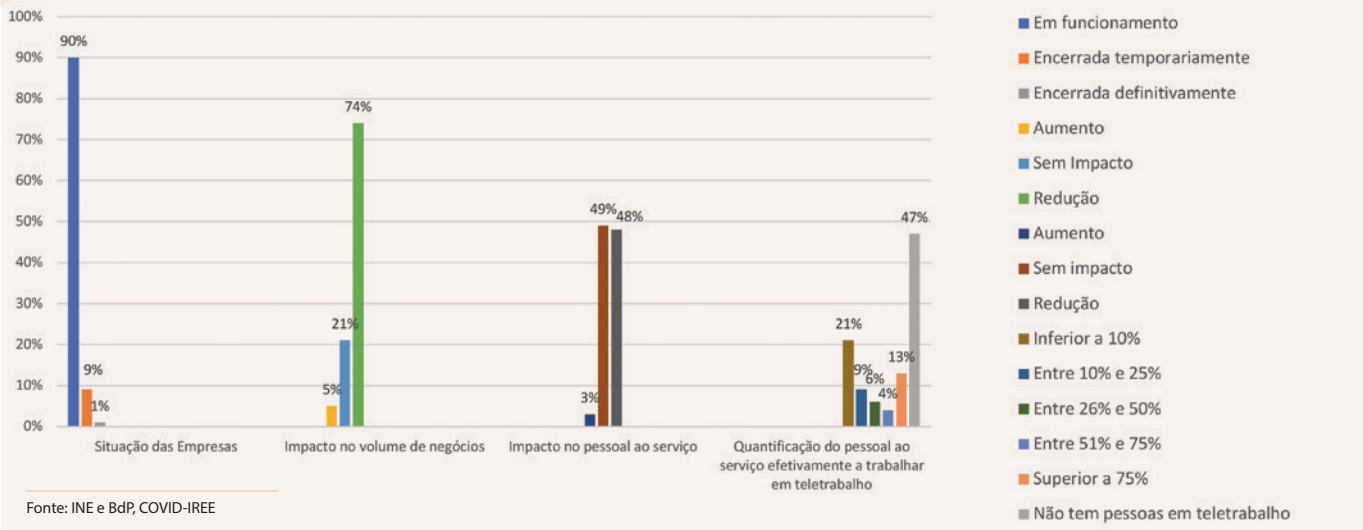
Em Portugal, a pandemia COVID-19 obrigou ao confinamento da população em casa e à paralisação da actividade económica quase na sua totalidade, produzindo efeitos negativos nos principais sectores da economia. Tendo como objectivo identificar os efeitos da pandemia na actividade das empresas, o Instituto Nacional de Estatística e o Banco de Portugal lançaram o "Inquérito Rápido e Excecional às Empresas" (COVID-IREE). O levantamento desta informação foi considerado necessário para a identificação de tendências, possibilitando linhas a seguir de forma a minimizar os impactos económicos negativos.

Os resultados do COVID-IREE ao longo do 2º trimestre de 2020, o qual compreende o período do estado de emergência e os períodos subsequentes de levantamento gradual das medidas, permitiram a identificação de alguns efeitos da crise sanitária na economia portuguesa, sendo que:

- A percentagem de empresas em funcionamento, mesmo que parcialmente, fixou-se nos 90% em média no 2º trimestre de 2020;
- Comparativamente à situação expectável sem pandemia, 74% das empresas respondentes diminuíram o volume de negócios no 2º trimestre, onde numa grande parte a redução foi superior a 50% do volume de negócios;
- No 2º trimestre, face à situação expectável sem pandemia, 48% das empresas reportaram reduções do pessoal ao serviço efectivamente a trabalhar. Uma percentagem também significativa (49%) reportou ausência de impacto da pandemia no pessoal ao serviço;
- Uma percentagem significativa de empresas recorreu ao teletrabalho de modo a limitar as reduções do pessoal ao serviço efectivamente a trabalhar. No segundo trimestre, 53% das empresas tinham pessoas a trabalhar remotamente. Contudo, a proporção de empresas com pessoas nesta situação reduziu-se ao longo dos três meses, passando de 58% em Abril para 47% em Junho. Em particular, a percentagem de empresas que tinham mais de 75% do pessoal ao serviço em regime de teletrabalho decresceu de 16% em Abril para 10% em Junho, representando uma queda de 6 pontos percentuais.

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

RESULTADOS COVID-IREE, 2º TRIMESTRE DE 2020



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

ECONOMIA

DE ACORDO COM DADOS PUBLICADOS PELA COMISSÃO EUROPEIA, A NOVA CONJUNTURA ECONÓMICA RESULTANTE DA PANDEMIA TEM-SE DEMONSTRADO ADVERSA, REFLECTINDO-SE NUMA EVOLUÇÃO NEGATIVA DO SENTIMENTO ECONÓMICO[1] E DA EXPECTATIVA DE EMPREGO[2] EM PORTUGAL.

De acordo com as projecções do Banco de Portugal (actualizadas a 16 de Junho de 2020), estima-se que durante o ano de 2020 a economia Portuguesa sofra uma recessão grave, prevendo-se que o Produto Interno Bruto sofra uma queda de 9,5%, acompanhada por uma diminuição das exportações em 25,3% e das importações em 22,4%. Adicionalmente, o Banco de Portugal estima que se verifique uma diminuição do emprego em 4,5%, sendo expectável o registo de uma taxa de desemprego nacional de 10,1%.

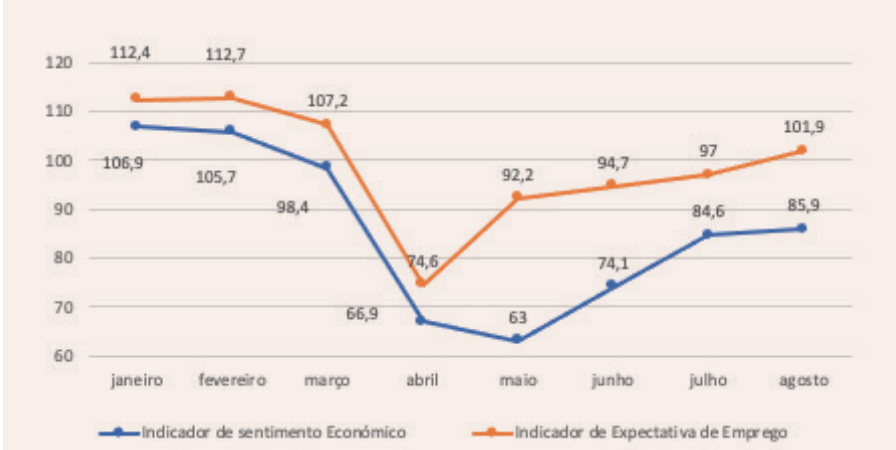
TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB
2º Trimestre de 2020

-16,3%	-13,9%
Face ao 2.º trimestre de 2019	*Face ao 1.º trimestre de 2020*

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS
Junho de 2020

-10,1%	-23,1%
Exportações, face a Junho de 2019	*Importações, face a Junho de 2019*

EVOLUÇÃO DO SENTIMENTO ECONÓMICO E DA EXPECTATIVA DE EMPREGO EM PORTUGAL 2020



De facto, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, fruto dos efeitos provocados pela pandemia, durante o primeiro semestre de 2020 verificou-se o agravamento da economia portuguesa:

- A dívida pública portuguesa agravou em 5,7% entre o 2º trimestre de 2019 e 2020, atingindo o valor de 126,4% do PIB;
- O PIB registou uma taxa de variação homóloga de -13,9% no 1º trimestre de 2020, agravando-se no 2º trimestre para -16,3%;
- Durante o mês de Junho foi registada uma diminuição elevada das exportações e importações de bens, face a 2019, verificando-se uma taxa de variação homóloga de -10,1% e -23,1% respectivamente;
- A Balança de Bens apresentou um saldo negativo para o 2º trimestre de 2020, registando um valor de -5,4% do PIB;
- No 2º trimestre de 2020 a Balança de Serviços apresentou um saldo de 2,1% do PIB, uma redução face ao mesmo período em 2019 no qual se registou um valor de 7,8% do PIB

[1] O indicador de sentimento económico é um indicador composto produzido pela Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (DG ECFIN) da Comissão Europeia. O seu objectivo é acompanhar o crescimento do PIB ao nível dos Estados-Membros, da UE e da área do euro. Valores acima de 100 indicam sentimento econômico acima da média e vice-versa. Mais informação em https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-datasets/-/teibs010.

[2] O indicador de expectativas de emprego é um indicador composto produzido pela DG ECFIN da Comissão Europeia. O indicador fornece uma indicação das mudanças no emprego esperado nos Estados-Membros, na UE e nos níveis da área do euro com base em quatro sectores (indústria, serviços, comércio a retalho, construção). Valores maiores que 100 indicam que as expectativas de emprego dos gerentes são altas, atendendo ao padrão histórico, enquanto o oposto é verdadeiro para valores abaixo de 100. Mais informação em https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-datasets/-/teibs030.

EMPREGO

A PARALISAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA REPRODUZIU IMPACTOS ELEVADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL AO NÍVEL DO EMPREGO.

De acordo com os dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento, do Instituto Nacional de Estatística e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, verificou-se um agravamento do desemprego, com a taxa de desemprego a subir 1,5 pontos percentuais. Em simultâneo, verificou-se uma elevada adesão por parte das empresas ao Lay-Off simplificado, registando-se entre 31 de Março e 1 de Setembro um total de 115.228 pedidos de Lay-Off.

TAXA DE DESEMPREGO
(15 aos 74 anos)

7,6% Julho de 2020	6,1% Julho de 2019

NOVOS DESEMPREGADOS INSCRITOS NO IEFP

46.800 Julho de 2020	+10,9% Face a Julho de 2019

PEDIDOS DE LAY-OFF

115.228 De 31 Março 2020 a 1 de Setembro de 2020

TOTAL DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NO IEFP

407.302 Julho de 2020	+37% Face a Julho de 2019

Acresce ainda o facto, de se verificar a contínua inscrição de novos desempregados no IEFP. Apenas durante o mês de Julho verificou-se a inscrição no IEFP de 46 800 novos desempregados, culminando num total de 407 302 desempregados, um aumento de 37% face ao ano de 2019.

A INDÚSTRIA PORTUGUESA

OS EFEITOS DA PANDEMIA GLOBAL, COMO RESULTADO DA PROLIFERAÇÃO DO COVID-19, FIZERAM-SE SENTIR NOS VÁRIOS SECTORES INDUSTRIAIS PORTUGUESES.

A actual conjuntura, resultante da crise sanitária, da preocupação com a saúde humana, do perigo de propagação do vírus, da redução forçosa do número de funcionários nos espaços físicos das empresas, a quebra da procura do mercado, as falhas nas cadeias de abastecimento, a falta ou adiamento sucessivo de pagamentos, entre outros factores, consubstanciou-se num cenário económico de preocupação, levando o indicador de confiança dos consumidores portugueses à maior queda mensal desde o início da série estatística, atingindo o valor mínimo desde Maio de 2013.

Na actividade empresarial, o pessimismo também é evidente, tendo o indicador de clima económico atingido o valor mínimo da série e sua média móvel retrocedido para valores próximos dos observados no final de 2013. De acordo com dados do INE, Portugal verificou uma quebra do índice de volume de negócios na indústria[3] ao longo do primeiro semestre de 2020, registando uma queda do índice para 102,8 em Março, 74,2 em Abril e 84,7 em Maio, o que representou uma variação homóloga face a 2019 de -9%, -33,5% e -30,9% respectivamente.

O sector automóvel e componentes, um dos mais relevantes para a economia nacional, foi severamente atingido pela actual conjuntura, fruto do encerramento das unidades de produção e empresas comerciais. Representando cerca de 19% do PIB português e responsável por cerca de 200 mil empregos, o sector é ainda responsável por cerca de 21% do total das receitas fiscais do Estado. Com o abrandamento da economia e a redução da procura por força da emergência de saúde, com os consumidores em pânico e sem confiança no futuro, o sector verificou uma queda acentuada.

Em Portugal, apenas 28 dias após o confinamento, a ACEA – Associação Europeia de Fabricantes de Automóveis, estimava uma quebra de 4% no emprego do sector automóvel, o que representa cerca de 20 mil trabalhadores afectados, sendo que, do lado da produção, os resultados eram ainda mais graves, estimando-se uma perda de mais de 22% da produção média do sector.

De acordo com a AFIA – Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel, no acumulado dos cinco primeiros meses de 2020, as exportações de componentes automóveis ficaram nos 3.049 milhões de euros, o que representa uma descida de 28,8% ou 1,231 mil milhões de euros face ao mesmo período de 2019.

O sector têxtil e de vestuário português, um sector de forte exportação, sofreu uma elevada quebra com o fecho dos mercados europeus onde se encontram os grandes clientes dos fabricantes portugueses, estimando-se que cerca de 50% das empresas tenham recorrido ao lay-off.

O sector do calçado português que, segundo a APICCAPS - Associação dos Industriais Portugueses de Calçado, em 2018 empregava mais de 39 000 trabalhadores e foi responsável por cerca de 3,4% do valor das exportações nacionais, ou 1 900 milhões de euros, vê estimado uma redução no mercado Europeu de 27% e um recuo no mercado Americano e Asiático de 21% e 20%.

O sector da metalurgia, que nos últimos 6 anos registava um crescimento consecutivo das exportações, fechou o primeiro trimestre de 2020 a cair 9,4%, sendo que em Março a perda foi de 23,4%. Num sector que tem na Alemanha o principal mercado, seguindo-se Espanha, França, Reino Unido e Itália, registou uma queda de 18% nos mercados europeus, correspondendo a menos 780 milhões nos primeiros três meses.

Estes são alguns exemplos das inúmeras repercussões resultantes de uma crise econó-

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VOLUME DE NEGÓCIOS DA INDÚSTRIA 2020

[3] O índice de volume de negócios na indústria permite demonstrar a evolução do mercado de bens e serviços na indústria e a sua desagregação entre mercado nacional e externo.

mica de complexidade crescente que se vai difundido e alargando aos vários sectores da economia portuguesa.

A emergência de saúde pública persiste, com a prioridade que a ameaça da vida determina, mas já é confrontada, abertamente e por todos, com os enormes custos económicos e sociais que vai implicando. Daqui resulta uma grande diversidade de posições no plano individual, empresarial, social e político nas várias escalas de decisão que nos implicam.

A crise económica em desenvolvimento vai configurando, ainda, um desafio de plena percepção, quer da verdadeira dimensão dos seus impactos negativos, quer da verdadeira duração dos movimentos e processos de destruição e posterior recuperação.

RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

A PANDEMIA CAUSADA PELO VÍRUS COVID-19, PARA ALÉM DE CONSISTIR NUMA GRAVE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA, PROVOCOU INÚMERAS CONSEQUÊNCIAS DE ORDEM ECONÓMICA E SOCIAL, REQUERENDO A CONCRETIZAÇÃO DE RESPOSTAS MAIS GLOBAIS, CONSTRUÍDAS EM ABORDAGENS "TOP-DOWN", DESTINADAS PRIORITARIAMENTE A MITIGAR OS IMPACTOS NEGATIVOS E FOMENTAR A SUA RECUPERAÇÃO.

Para ultrapassar este panorama de cada vez maior instabilidade, torna-se necessário olhar para o horizonte e começar a construir uma resposta à crise económica. No entanto, a resposta europeia à crise exige um papel central de uma Europa cada vez mais unida no desenvolvimento de políticas macroeconómica decisivas.

Para ajudar a reparar os danos económicos e sociais causados pela pandemia, dar início à recuperação europeia e proteger e criar empregos, a Comissão Europeia propôs em 26 de Maio um importante plano de recuperação para a Europa baseado no aproveitamento de todo o potencial do orçamento da UE. Desta forma, a 21 de Julho de 2020, os líderes da UE chegaram a acordo sobre este plano de recuperação e sobre o quadro financeiro plurianual para 2021-2027, abrindo caminho para a saída da crise e lançando das bases para uma Europa moderna e mais sustentável.

PARA MOBILIZAR OS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS, A COMISSÃO APRESENTA UMA RESPOSTA DUPLA:

- Próxima geração da UE, um novo instrumento de recuperação de € 750 biliões que irá impulsionar o orçamento da UE com novos financiamentos captados nos mercados financeiros para 2021-2024
- Um orçamento de longo prazo da UE reforçado para 2021-2027 de €1.100 biliões.

Os fundos serão destinados a áreas estratégicas e de maior impacto, complementando e ampliando o trabalho essencial em curso dos Estados-Membros. Os investimentos serão canalizados por meio de diversos instrumentos em três pilares: apoiar os Estados-Membros na recuperação, reparação de forma a saírem mais fortes da crise; impulsionar a economia e ajudar o investimento privado; e aprender as lições da crise e enfrentar os desafios estratégicos da Europa.

Em simultâneo, os diferentes governos de cada estado-membro adoptaram e anunciaram medidas de reacção de forma a fazer frente aos custos económicos e sociais resultantes do confinamento interno e internacional, algumas delas com expressão quantitativa muito relevante.

Em Portugal, de forma a disponibilizar todo um conjunto de medidas de estabilização económica e social, objectivando simplificar e agilizar a actuação da Administração Pública e dos tribunais em tudo o que seja necessário para superar os feitos da pandemia e acelerar a retoma económica, foi aprovado em Conselho de Ministros o Programa de Estabilização Económica e Social.

DESTA FORMA, COM UM HORIZONTE TEMPORAL DEFINIDO ATÉ AO FINAL DE 2020, O PEES ASSENTA EM QUATRO EIXOS ESTRATÉGICOS ESSENCIAIS QUE PERMITEM:

- Apoiar as empresas e os trabalhadores durante o momento de paralisação da actividade, evitando assim a destruição irreversível de empregos e de capacidade produtiva;
- A retoma sustentada da actividade económica, ajudando as famílias e as empresas a ultrapassar as dificuldades resultantes da pandemia;
- E fomentar a recuperação económica através da adaptação estrutural da economia portuguesa numa realidade pós-COVID.

O GOVERNO RESPONDEU TAMBÉM COM UMA SÉRIE DE MEDIDAS FISCAIS, MONETÁRIAS E MACROFINANCEIRAS DE APOIO À ECONOMIA E AO EMPREGO. DENTRO DAS PRINCIPAIS MEDIDAS FISCAIS, PODE-SE DESTACAR:

- Disponibilização de recursos adicionais para gastos com saúde e educação relacionados com o vírus;
- 600 milhões de euros por mês (0,3% do PIB) em apoio financeiro para os trabalhadores temporariamente dispensados pelo seu empregador, e um apoio à reabertura de empresas (mais de 700 milhões de euros);
- €13 mil milhões (6,8% do PIB) em linhas de crédito garantidas pelo Estado a médias, pequenas e microempresas nos sectores afectados, operacionalizadas principalmente através do sistema bancário;
- e € 7,9 bilhões (3,7% do PIB) de diferimentos (dentro do ano) de impostos e contribuições para a Segurança Social para empresas e empregados.

ADICIONALMENTE, DE FORMA A AUXILIAR A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA DAS EMPRESAS, FORAM ADOPTADAS MEDIDAS FISCAIS EXTRAORDINÁRIAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA, DESTACANDO-SE:

- Adiamento de prazos para cumprimento de obrigações fiscais, do IVA, IRC e Imposto de Selo;
- Simplificação do cumprimento de obrigações fiscais, nas declarações periódicas de IVA e na Emissão de facturas em PDF;
- Diferimento de pagamentos ao Estado, abrangendo as retenções na fonte de IRS e IRC e IVA devido durante os meses de Abril, Maio e Junho, permitindo o pagamento em 3 ou 6 prestações mensais, sem juros e sem a necessidade de apresentação de garantia;
- Criação de linha de apoio à economia COVID-19, permitindo apoiar a liquidez das empresas;
- Apoio à proteção dos postos de trabalho através de medidas de "Teletrabalho", "Apoio a menores de 12 anos ou Assistência a filho ou neto", "Lay-off Clássico" ou "Apoio Extraordinário Manutenção Contrato Trabalho (Lay-off simplificado)".

Encontramo-nos 6 meses após o registo do primeiro caso de COVID-19 em Portugal, e ainda se desconhecem a extensão total dos efeitos e repercussões económicas e sociais provenientes desta crise sanitária. No entanto, apesar de persistir uma incerteza provocada por uma ausência de uma cura contra esta pandemia, a mobilização por parte da UE de todos os recursos ao seu dispor, articulados com as respostas nacionais de cada estado membro, permitirá ajudar os cidadãos, as empresas e os países da UE a enfrentarem esta turbulência económica e social causada por esta crise sanitária, permitindo estabelecer uma plataforma para a recuperação e relançamento da economia dos Estados-Membros.